

UFAL. Docentes avaliam que a proposta do governo não contempla toda a categoria

Professores decidem manter greve

Profissionais dizem que pacote do MEC privilegia doutores e cria dificuldades de progressão para os demais níveis

MAIKEL MARQUES
REPÓRTER

Os professores da Universidade Federal de Alagoas (Ufal) deliberaram, ontem cedo, em Maceió, pela continuidade do movimento paredista iniciado 77 dias atrás. Os educadores entenderam que a proposta de reajuste salarial de até 45% formalizada pelo governo federal não contempla todos os integrantes da categoria.

“A proposta apresenta da exclui alguns níveis de progressão funcional e também cria alguns impedimentos necessários à progressão funcional dos profissionais. Amanhã (hoje), a greve continua firme e forte”, afirma o professor doutor Márcio Barbosa, membro da Associação dos Docentes da Universidade Federal de Alagoas (Adufal).

Na avaliação do professor, o pacote de propostas apresentado pelo Ministério da Educação (MEC) beneficia principalmente os professores detentores do título de doutor. “Quem não tem mestrado ou doutorado ficaria com muita dificuldade de progressão até o último nível da carreira”, completa.

Para atingir o ápice da carreira, 24 anos depois de dedicação ao ensino, o professor-doutor teria que apresentar uma nova tese com conteúdo inédito a uma banca examinadora externa à instituição em

que atua regularmente. Eis uma proposta também rejeitada pelos professores.

“SALÁRIO ILUSÓRIO”

Ainda de acordo com o representante da categoria, um professor detentor apenas do diploma de curso superior, mas sem especialização, tem salário inicial de R\$ 1.551 reais, dos quais pouco mais de R\$ 557 são o salário-base. O restante são gratificações incorporadas à remuneração, o que passaria a ideia imprecisa quanto à “verdadeira” remuneração dos integrantes da classe.

“1/3 de nosso salário é real e os outros 2/3 são gratificações diversas. Tem-se, aí, a ideia de que o salário é robusto, mas não é. O salário é ilusório. E o governo está dizendo que vai manter isso. Outra: o governo também não aceita nossa proposta de fixar uma data-base para rediscussão salarial”, acrescenta o professor.

Os professores das universidades federais tiveram o último reajuste – de 69% – em 2007. O acréscimo no salário foi dividido em “suaves” prestações, entre 2008, 2009 e 2010. “A ideia do governo continua sendo a mesma: parcelar o que propõe”, complementa Márcio Barboza.

Os grevistas também querem fazer o governo federal estender suas eventuais conquistas aos demais professores dos Institutos Federais. ◊

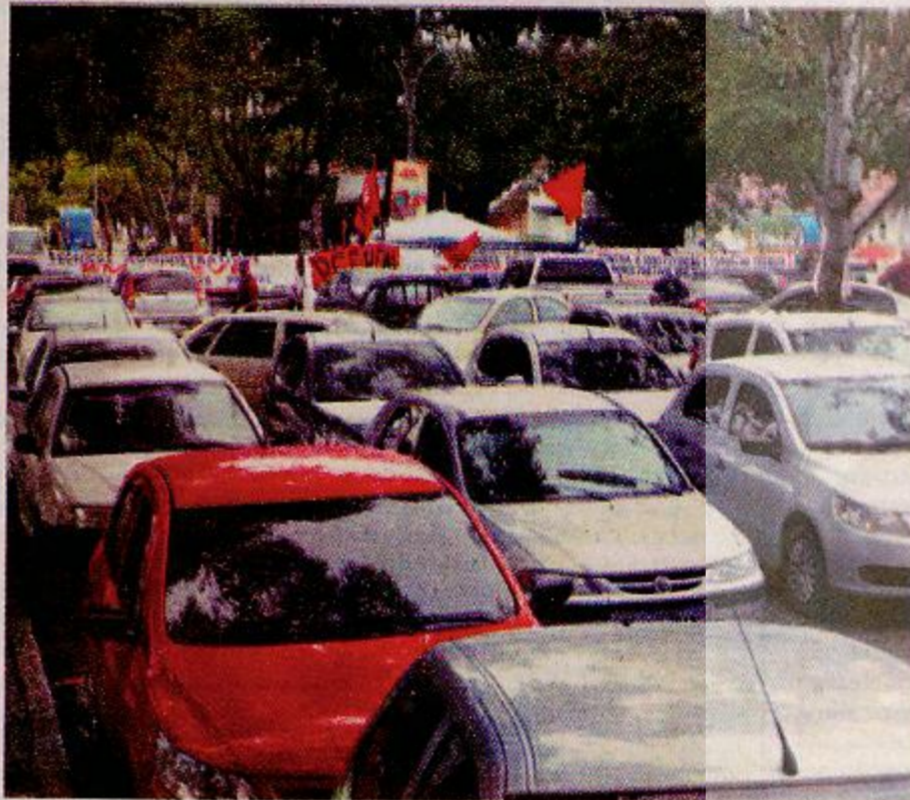


MÁRCIO BARBOSA
INTEGRANTE DA ADUFAL
“1/3 de nosso salário é real e os outros 2/3 são gratificações diversas. Tem-se, aí, a ideia de que o salário é robusto, mas não é. O salário é ilusório. E o governo está dizendo que vai manter isso”



FOTOS: MARCELO ALBUQUERQUE

No ato de ontem, categoria também criticou o posicionamento do MEC, que propõe parcelar o reajuste salarial dos professores



Ontem pela manhã, grevistas usaram carros para ocupar ruas do campus e reforçar a decisão de não aceitar a proposta do governo federal